

## OBJETIVOS

Com o objetivo de explicitar e analisar as mudanças e continuidades decorrentes dos processos de reformulações curriculares em implementação em três universidades do RS a partir da Lei 9394/96 e Resoluções CNE/CP1 e CNE/CP2.

## METODOLOGIA

Utilizando a metodologia comparativa, busca-se contextualizar, tabular e comparar as adequações ocorridas nos currículos estudados.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Na etapa atual, os estudos são amparados à estudos de Sacristán, Popkewitz, Stenhouse, Vexliard, Pedró, além de Paulo Freire, com isso, buscando, a curto prazo, sistematizar os primeiros resultados que estão sendo vivenciados com os novos currículos.

## DISCUSSÃO

Análise curricular comparativa do curso de Licenciatura em Matemática em duas universidades gaúchas privadas, com base em nos currículos antes e pós LDB de 95.

### Universidade Privada I: aproximação das áreas pedagógica e específica.

O curso de matemática na Universidade Privada I surgiu em 1964. Em 1995 teve que fazer adequações profundas diante da LDB e suas determinações.

Primeiramente, podemos destacar a redução do número de disciplinas que compunha a carga total do curso, ao se tratar de disciplinas específicas tivemos uma redução de 32% no seu total, em contrapartida o número de disciplinas pedagógicas aumentou em 71%. Como nos mostra a figura 1.

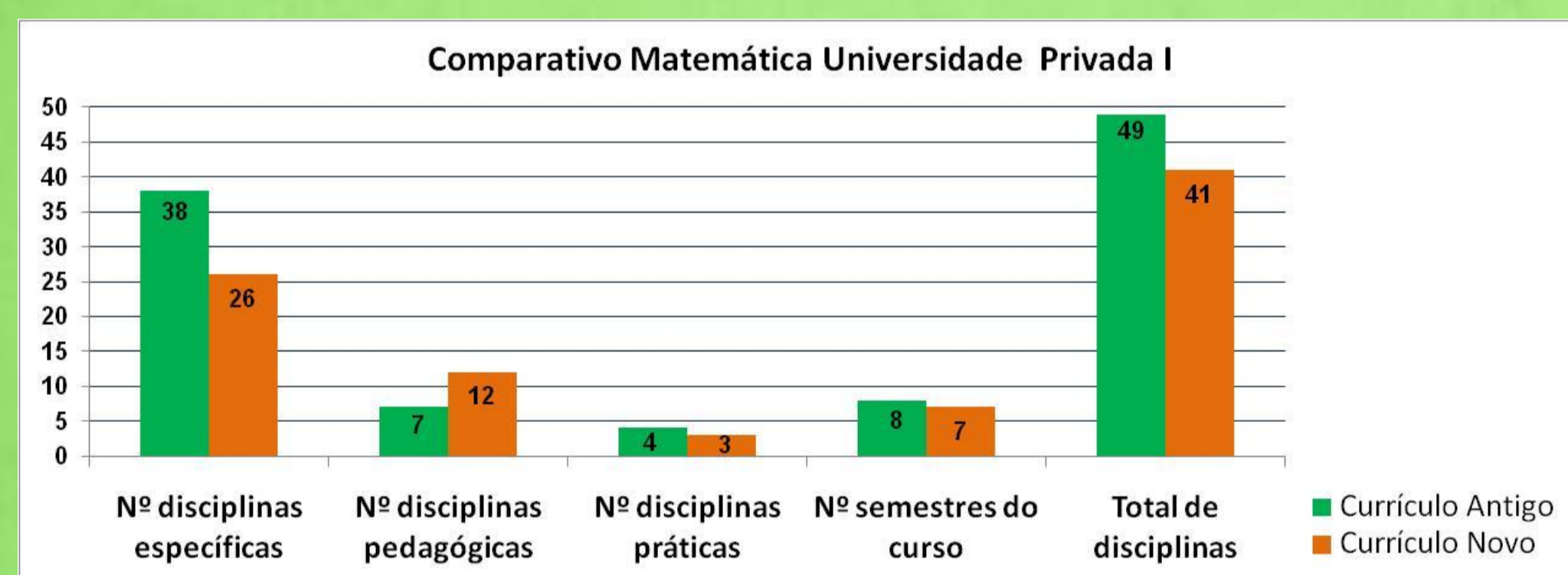


Figura 1: Análise comparativa nos currículos de matemática da Universidade I.

Assim, o número de disciplinas específicas representava 78% do curso e agora passou a representar 63% com relação ao total da grade curricular.

Assim, podemos destacar também que não só o número de disciplina sofreu alterações, o tempo total de curso também foi alterado, o que antes era 8 semestre, ou seja 4 anos agora é 7 semestre, que representa 3,5 anos de curso.

### Universidade Privada II: continuidade das licenciaturas isoladas, com as disciplinas pedagógicas dentro de cada instituto.

Ao analisarmos os currículos da matemática na Universidade Privada II, podemos destacar, que o programa de 1976 e que sofreu pequenos ajustes ao longo dos anos era de 3 anos, hoje o curso conta com 8 semestres.

Não só o tempo de curso aumentou, mas também a carga de disciplinas pedagógicas e o modo como o curso está sendo apresentado. O licenciando conta com disciplinas como laboratório de matemática, libras, recursos tecnológicos e disciplinas ligadas à informática.

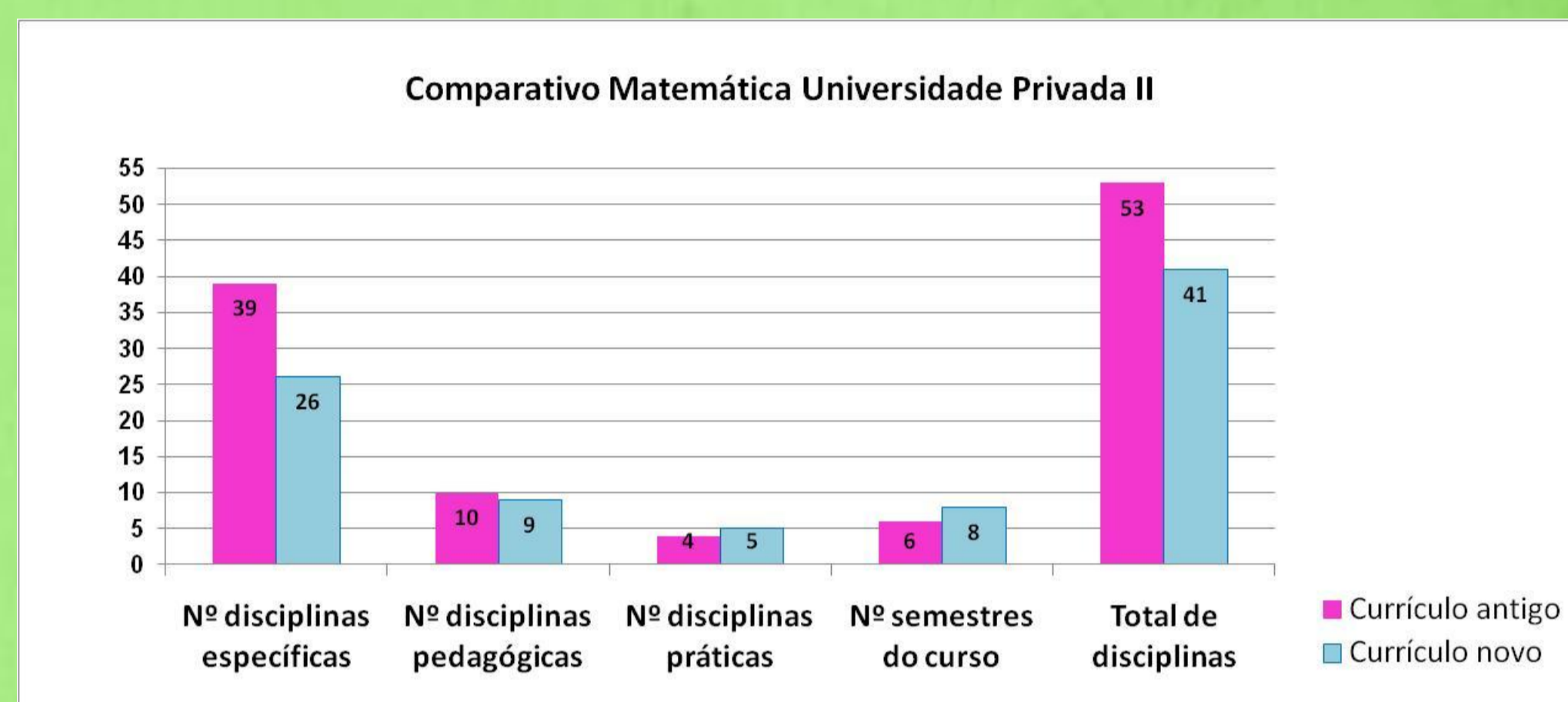


Figura 2: Análise comparativa nos currículos de matemática da Universidade II.

Fundamentalmente, a carga horária do curso não mudou muito, mas está mais bem distribuída ao longo dos semestres. Na figura 2, aparece um resumo da evolução do curso, onde podemos notar que houve uma redução em 33% no número de disciplinas específicas com relação ao currículo antigo, as disciplinas práticas aumentou enquanto o número de disciplinas pedagógicas se manteve. Com isso, o currículo hoje está mais equilibrado e proporcionalmente as disciplinas pedagógicas somadas às práticas representam 37% do total das disciplinas, o qual apresenta também um aumento de 2 semestre de curso.

## RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados até agora obtidos, de maneira geral, indicam que os currículos foram reestruturados de maneira a permear a área pedagógica em todas as etapas da graduação e a presença dos graduandos em sala de aula na Educação Básica está se dando de forma bem abrangente, seja por meio dos estágios, laboratórios de ensino, projetos de extensão ou mesmos projetos federais como o PIBID (Programa de Iniciação a Docência). Fazendo assim com que o aluno traga consigo uma boa bagagem e conhecimento de sala de aula para sua futura profissão. O aluno, suas concepções e necessidades são discutidas já nos primeiros semestres, embora a carga de disciplinas específicas do curso seja maior que a carga pedagógica pode-se notar que as mudanças ocorridas são muito significativas e mostram que o modo de se formar um professor está se encaminhando diretamente para a obtenção das metas estipuladas pela LDB.

## Referências

- BRASIL, Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial, Brasília : v.134, n. 248, 23 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Instituto Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, cursos de licenciatura, de graduação plena. Março de 2002.
- KRAHE, Elizabeth D. *Reforma curricular de licenciaturas: UFRG (Brasil) – UMCE (Chile)*; Década de 1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.